

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90124/2024/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0025.004620/2023-34**

OBJETO: Constitui objeto desta licitação Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, incluindo estudos, relatórios, memoriais descritivos e orçamentos, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário, para atender à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, conforme especificações constantes do Projeto Básico.

A [REDACTED], pessoa jurídica de direito privado, inscrita [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED], representada por seu sócio administrador – [REDACTED], vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 90124/2024/SUPEL/RO**

em face do Edital, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

[REDACTED]

I – DA TEMPESTIVIDADE

A Lei nº. 14.133/21 estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame - art. 164.


Art. 164. *Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

Parágrafo único. *A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

II – DO CABIMENTO

A empresa, ora licitante, apresenta a presente impugnação tempestivamente, contra o edital publicado pelo(a) pregoeiro(a), considerando que a empresa impugnante identificou irregularidade no citado edital.

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do PREGÃO



ELETRÔNICO, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira, pelo telefone (0XX) 69.3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.

Destarte, nesse mesmo entendimento, diz Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

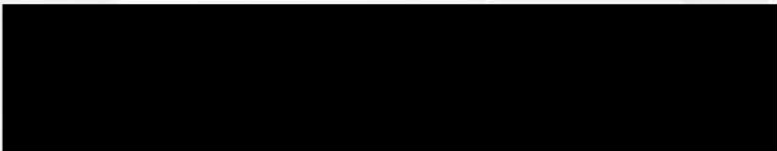
“Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento. Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento.”



III – DAS RAZÕES DO RECURSO – DA PROIBIÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Vejamos o que dispõe o edital:

6.4. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.4.1. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 4.4. do Anexo I – Projeto Básico.*





Pois bem, a vedação da participação em licitações de empresas em consórcio **deve ser justificada, sob pena de restrição à competitividade**. A permissão ou proibição de participação de empresas em consórcio deverá ser sempre justificada pelo Poder Público, de modo a evitar restrição à competitividade do certame.



A evolução do regime de licitações e contratos administrativos é um reflexo das dinâmicas e exigências sociais e econômicas. Neste cenário, a Lei nº. 14.133/21 trouxe um marco regulatório inovador, alterando substancialmente o regime anterior instituído pela Lei nº. 8.666/93.



Uma das mudanças mais significativas diz respeito à abordagem dos consórcios nas licitações, que passam de uma antiga opção limitada e raramente permitida para uma imposição, agora como a regra padrão, salvo justificativa expressa em contrário.

Sob a égide da Lei nº. 8.666/93, os consórcios eram tratados com reserva no âmbito das licitações – art. 33 – *“Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio”*. Portanto, a norma permitia sua formação apenas quando expressamente previsto no edital, sendo que na maioria dos editais havia uma proibição, sem necessidade de justificar tal escolha.

Tal postura refletia uma cautela excessiva, limitando as possibilidades de participação de empresas com diferentes capacidades técnicas e econômico-financeiras. Com a Lei nº. 14.133/21 essa realidade se transforma radicalmente – art. 15 – *“Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio”*.

Logo, o **consórcio passa a ser sempre permitido**, a menos que haja uma justificativa explícita para essa proibição, o que não é o presente




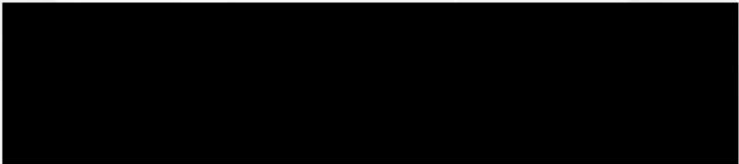




caso, posto que a justificativa se funda na inviabilidade técnica de parcelamento do objeto em itens, pois os itens de serviços, estes definidos por unidades de medidas, são dependentes uns dos outros e que se agrupam a formar um único projeto, apresentando ao final, um único memorial descritivo e orçamento planilhado e consolidado.

Assim, ao contrário do exposto pela Administração Pública, NÃO restringir, não inviabiliza ou dificulta tecnicamente a entrega e produção dos itens licitados, sendo certo que, a medida de permitir a participação em consórcio, abre um leque de oportunidades para as empresas, permitindo a união de diferentes capacidades técnicas e econômico-financeiras e potencializando para a Administração Pública a execução de projetos EFICAZES.

É importante lembrar que existem dois tipos de consórcios: homogêneos e heterogêneos. **Nos consórcios homogêneos, empresas com mesma expertise ou tipos de objetos de atuação se unem, aumentando a capacidade competitiva.** Já os consórcios heterogêneos reúnem empresas de diferentes especialidades, possibilitando a execução de partes distintas de um mesmo projeto, o que é especialmente relevante em licitações de grande porte e complexidade, o que se enquadra no caso concreto.

Assim, a competitividade do consórcio em licitação está relacionada à redução de custos e soma de competências (capacidade técnica), mas é importante que haja compatibilidade entre as empresas e uma boa gestão interna. O consórcio é uma forma de associação entre empresas e companhias, sem que elas percam as próprias individualidades jurídicas. Ou seja, trata-se de um esforço conjunto, que visa alcançar um objetivo final.





No caso das licitações, essa associação pode ser benéfica para que todas as exigências das demandas de fornecimento do governo sejam atingidas com a máxima excelência. Além disso, o consórcio é uma forma de melhorar a competitividade nas disputas nas licitações públicas.

Em face dos aspectos técnicos esposados, há incompatibilidades no presente edital que afrontam os princípios da isonomia e da ampla competitividade.


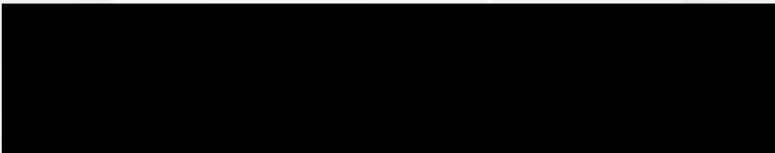
IV – DA VIOLAÇÃO A AMPLA COMPETITIVIDADE E ISONOMIA

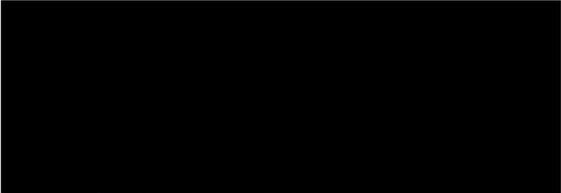

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O texto legal é taxativo em estabelecer que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Desta forma, sem qualquer justificativa, o certame exige aspectos irregulares e, por conseguinte, limita a participação de interessados.

Não há dúvidas de que tais exigências e contradições violam o princípio da legalidade na medida em que contrariam expressa disposição





legal, bem como princípios norteadores do processo licitatório, haja vista restar aniquilada a igualdade de condições entre concorrentes, em inequívoca afronta à isonomia.

Da mesma forma, é certo que inúmeras empresas aptas à consecução do objeto contratual estarão eliminadas da competição por terem condições de apresentar a atestação técnica na forma pedida.

Para que sejam sanados os vícios referidos e seja restabelecida a competitividade no processo licitatório, torna-se imperativo o acolhimento da presente impugnação, devendo a Administração, no uso de seu poder de autotutela e em vistas à satisfação do interesse público, suspender o certame até que haja a devida retificação do instrumento convocatório.

V – DO PEDIDO

Assim, passamos a requerer:

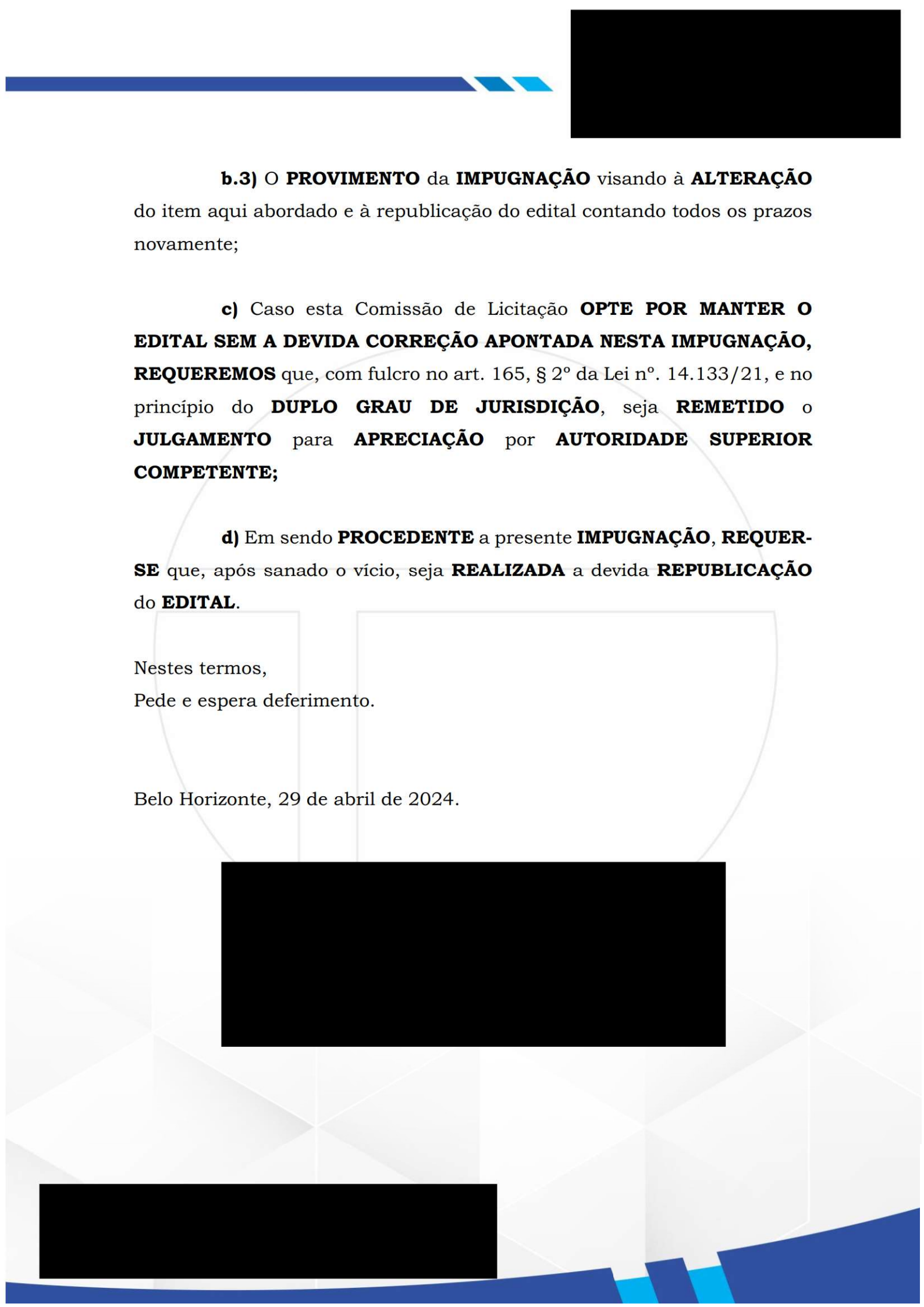
a) Seja **AUTUADA** a presente representação para apuração das irregularidades supramencionadas;

b) Conhecer da presente **IMPUGNAÇÃO**, pois satisfeitos os requisitos de admissibilidade, devendo ela, ser **RECEPCIONADA** e ao **FINAL JULGADA PROCEDENTE**, para o fim de:

b.1) **SUSPENDER** o edital em tela, **ATÉ QUE SEJA SANADA A QUESTÃO DEBATIDA**, evitando assim, que o instrumento seja objeto de representação pela ofensa a máxima competitividade entre os licitantes;

b.2) **AFASTAR** todas as **IRREGULARIDADES RELACIONADAS** às **CONDIÇÕES** de **CARÁTER RESTRITIVO** contemplados nos itens do edital;





b.3) O PROVIMENTO da IMPUGNAÇÃO visando à ALTERAÇÃO do item aqui abordado e à republicação do edital contando todos os prazos novamente;

c) Caso esta Comissão de Licitação OPTE POR MANTER O EDITAL SEM A DEVIDA CORREÇÃO APONTADA NESTA IMPUGNAÇÃO, REQUEREMOS que, com fulcro no art. 165, § 2º da Lei nº. 14.133/21, e no princípio do **DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO**, seja **REMETIDO o JULGAMENTO** para **APRECIAÇÃO** por **AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE**;

d) Em sendo PROCEDENTE a presente IMPUGNAÇÃO, REQUER-SE que, após sanado o vício, seja **REALIZADA** a devida **REPUBLICAÇÃO** do **EDITAL**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2024.

